

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 11 de março de 2019 às 09h14
Seleção de Notícias

Estadão.com.br - Últimas notícias | BR

Arbitragem e Mediação

Mediação de conflitos em recuperações judiciais 3

IstoÉ Online | BR

08 de março de 2019 | Propriedade Intelectual

China apresenta lei sobre investimentos estrangeiros em Congresso 5

Yahoo! Notícias Brasil | BR

Patentes

Qualcomm exige US\$ 31 milhões da Apple por quebra de patente 6
CAPA

MaxPress | BR

08 de março de 2019 | Propriedade Intelectual

Inovação: o ingrediente que desafia as universidades 7

Mediação de conflitos em recuperações judiciais



Andréa Modolin. FOTO: DIVULGAÇÃO

A tensão do ambiente de negócios em longos períodos de crise econômica transforma-se em conflito aberto quando um mau desempenho deságua num pedido de recuperação judicial. Quando uma empresa se posiciona defensivamente para impedir que o negócio quebre, muito da boa relação com fornecedores se deteriorou com os atrasos, promessas não cumpridas e a ausência de respostas, mesmo as inconvincentes. A lisura que deve nortear as relações comerciais é substituída pela perfídia.

O bom ambiente é trocado pela casa com pouca farinha, meu pirão primeiro. As críticas construtivas para ajuste numa gestão com falhas são trocadas por acusações de conluio para algum golpe na praça. E há exemplos à vista de perder-se dedos para ficarem anéis lustrosos, à vista.

Na corte, o clima de guerra tornou a fluência processual um inferno. A audiência, um tipo de ringue para socos verbais. Em diversas ocasiões, a prudência exige que as partes entrem por portas diferentes, resguardem-se fisicamente separados por uma boa distância. Enfim, alguma coisa precisava ser feita.

Felizmente, as mediações em processos de recuperação judicial começam a clarear estes conflitos. No processo de falência já havia audiências de conciliação e mediações entre credores, administradores

e o próprio falido conforme várias sessões ocorridas perante a 1.^a Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central -- João Mendes Junior.

Ao ver os primeiros casos cuidados por esse recurso, constata-se um tipo de gestão democrática dentro do processo. Isso é possível porque os processos de grande complexidade como de falências e recuperações judiciais não podem ser geridos como os demais processos.

Tanto o processo de falência como o de recuperação judicial exige a necessidade de agilizar procedimentos para viabilidade da empresa em superar a crise econômica. Impedir que um caso específico afete de modo grave a saúde econômica dos integrantes da cadeia fornecedora. Isso é importante porque a condução desses processos demanda várias manifestações, como por exemplo do Ministério Público, dos interessados, dos credores até que, finalmente, o juiz decida. Quase sempre, essa decisão está bem distante do tempo ideal, tendo como consequência indesejada o desaparecimento dos interesses tutelados.

Assim, com as audiências de gestão democrática todos os envolvidos participam intensamente na busca de soluções. O conjunto de decisões que demandaria muito tempo podem ser efetivadas até no mesmo dia, garantindo a todos a participação e comprometimento dentro do andamento processual, sem falar na fiscalização do processo.

Por outro lado, a introdução de sessões de mediação nas recuperações judiciais trará um grande avanço entre credores e recuperandas, prestigiando a justiça da pacificação, aparecendo aqui mais uma oportunidade de negociação entre credores, administradores, gestores e empresas em dificuldades.

Destaque-se ainda que a mediação encontra maior abrangência na recuperação extrajudicial juntamente com o procedimento estabelecido pela Lei

Continuação: Mediação de conflitos em recuperações judiciais

13.140/2015, mais precisamente sobre a mediação extrajudicial prevista nos artigos 21 e seguintes, dando a oportunidade para os credores, através de carta convite, negociar diretamente com seus devedores, construindo assim uma forma de pagamento viável para empresa, preservando as relações negociais.

Além de custos bem mais reduzidos, teremos através

da mediação no processo recuperacional, mais celeridade e ganhos para todas as partes, mantendo-se a empresa, credores, empregados e relações de negócios.

Andréa Modolin*

China apresenta lei sobre investimentos estrangeiros em Congresso

Um projeto de lei muito aguardado, que visa garantir a igualdade de tratamento aos investimentos estrangeiros, foi apresentado sexta-feira ao Congresso Nacional Popular da China (CPN), quando Pequim está tentando alcançar um acordo comercial com Washington.

O texto foi apresentado aos membros do CPN que estão reunidos em Pequim e deve ser formalmente aprovado em 15 de março, no último dia da sessão anual.

A lei "estipula claramente que o Estado protege os direitos de propriedade intelectual de investidores estrangeiros e empresas estrangeiras", disse Ning Jizhe, vice-presidente da poderosa agência de planejamento da China.

Ela também "proibirá o uso de meios administrativos para forçar empresas estrangeiras a transferir tecnologia" para parceiros chineses, acrescentou à imprensa.

O texto, apresentado no fim de 2018, também proibirá "interferência ilegal do governo" em empresas estrangeiras.

Essa são práticas denunciadas com veemência pelo presidente americano, Donald Trump. A redação apressada em apenas alguns meses desta lei parece uma resposta às demandas dos Estados Unidos, que exigem reformas estruturais na China para resolver a guerra comercial.

"A lei dará garantias mais completas e mais fortes para os interesses dos investidores estrangeiros", disse Ning nesta semana.

Em uma época em que a atividade econômica na China está desacelerando, Pequim quer abertamente que essa lei seja um argumento para atrair mais capital estrangeiro.

A lei vai anular a proibição de investimentos em projetos na China, logo, "os investimentos chineses e estrangeiros receberão o mesmo tratamento", disse Zhang Yesui, porta-voz do NPC.

Segundo ele, o capital estrangeiro poderia ser alocado a qualquer tipo de setor da economia, com exceção daqueles que estão citados em uma "lista negativa" que, por ora, inclui vários setores, como mineração, agricultura ou indústria, em que é necessária a autorização das autoridades.

Investidores estrangeiros reclamam de um tratamento desigual no mercado chinês.

Mesmo assim, a Câmara de Comércio da União Europeia na China criticou um texto apresentado às pressas para agradar os negociadores americanos. O organismo lamentou que uma distinção legal seja mantida para empresas estrangeiras, assim como a vaga redação de artigos que abre a porta para uma "aplicação arbitrária da lei".

Qualcomm exige US\$ 31 milhões da Apple por quebra de patente

CAPA

Apple e Qualcomm vêm trocando farpas na justiça norte-americana e, pelo visto, a briga continua firme e forte, pois as empresas voltaram aos tribunais nesta semana em San Diego. Hoje (8), a Qualcomm exigiu que a Apple pagasse uma quantia total de US\$ 31 milhões, alegando a violação de três patentes e cobrando da Maçã uma quantia de US\$ 1,40 por iPhone. >Apple e Qualcomm vêm trocando farpas na justiça norte-americana e, pelo visto, a briga continua firme e forte, pois as empresas voltaram aos tribunais nesta semana em San Diego. Hoje (8), a Qualcomm exigiu que a Apple pagasse uma quantia total de US\$ 31 milhões, alegando a violação de três patentes e cobrando da Maçã uma quantia de US\$ 1,40 por iPhone.

Intel - que substituíram as peças da Qualcomm. Em 2016, a empresa havia começado a usar modems da Intel em algumas levas dos iPhone 7 e 7 Plus e, desde então, a Apple optou por utilizar essas peças no lugar das da Qualcomm em todos os seus dispositivos mais recentes. >A principal queixa se deve aos smartphones vendidos a partir de julho de 2017, nos quais foram inclusos os chips da Intel - que substituíram as peças da Qualcomm. Em 2016, a empresa havia começado a usar modems da Intel em algumas levas dos iPhone 7 e 7 Plus e, desde então, a Apple optou por utilizar essas peças no lugar das da Qualcomm

em todos os seus dispositivos mais recentes.

As três patentes em questão incluem: uma função que permite um smartphone a conectar-se rapidamente à Internet depois que ele for ligado, o processo de integração entre um modem e processador para que trabalhem juntos para lidar com o download de aplicativos, e por fim uma que cobre o processamento gráfico e a duração da bateria.

não iria mais se envolver no caso, e ele acabou não embarcando no voo para San Diego. Todavia, em uma reviravolta de eventos, Siva contratou um novo advogado e hoje a Apple revelou que ele voltou atrás e que irá aos tribunais para testemunhar na semana que vem. >Ontem (7), foi relatado que o ex-engenheiro da Apple, Arjuno Siva, que estava previsto para testemunhar nos tribunais por causa da batalha judicial das empresas, não iria mais se envolver no caso, e ele acabou não embarcando no voo para San Diego. Todavia, em uma reviravolta de eventos, Siva contratou um novo advogado e hoje a Apple revelou que ele voltou atrás e que irá aos tribunais para testemunhar na semana que vem.

Canaltech >Fonte: Canaltech

Inovação: o ingrediente que desafia as universidades

Ensino, pesquisa e extensão: este tem sido o lema das universidades públicas brasileiras pelos últimos 30 anos, seguindo o princípio da indissociabilidade dessas três funções, estabelecido no Artigo 207 da Constituição Federal de 1988. Cada vez mais acadêmicos, porém, defendem a inclusão de um quarto ingrediente nessa receita: o da **inovação tecnológica**.

Além de produzir conhecimento científico, muitos pesquisadores acreditam que as universidades devem assumir um protagonismo mais efetivo no processo do desenvolvimento de novas tecnologias, induzindo a transformação desse conhecimento em produtos e serviços inovadores, que atendam a demandas específicas da sociedade.

Esse foi um dos temas centrais da SciBiz Conference, o maior evento de inovação e empreendedorismo do Brasil, realizado entre 25 e 28 de fevereiro na USP, sob coordenação da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA). Foi a segunda edição da conferência, realizada em parceria com a 11ª edição da Oiweek (Open Innovation Week), organizada pela 100 Open Startups. Mais de 410 startups e 130 grandes empresas participaram, totalizando quase 20 mil pedidos de reuniões, 3,3 mil reuniões registradas e 2,5 mil negócios iniciados, segundo números da organização do evento.

"As universidades são financiadas com recursos públicos, e a resposta às demandas da sociedade é algo esperado daqueles que a financiam", disse o professor do Instituto de Biociências (IB) e diretor da Agência USP de Inovação (Auspín), Antonio Carlos Marques, durante a mediação de um debate sobre o perfil "ganha-ganha" das relações entre empresas e universidades na promoção da inovação.

"Hoje em dia as universidades têm de prestar contas não só aos seus alunos, mas também à sociedade", reforçou o engenheiro Julio Meneghini, professor da Escola Politécnica (Poli) da USP e diretor científico do Centro de Pesquisa para Inovação em Gás (R-

CGI), uma iniciativa multimilionária financiada pela Shell e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), em parceria com a USP.

O nome SciBiz simboliza o encontro do mundo da ciência (science) com o dos negócios (business). O que não significa que as universidades públicas devam atuar como empresas, muito menos abrir mão da pesquisa básica ou da sua liberdade acadêmica, mas trabalhar em parceria com o setor privado para fomentar o empreendedorismo e potencializar, sempre que possível, a transformação da ciência em tecnologia - ou seja, a aplicação do conhecimento científico no desenvolvimento de novos produtos e soluções tecnológicas que sejam de interesse do mercado e da sociedade.

Como fez, recentemente, o físico e químico Sergio Mascarenhas, Professor Emérito da USP em São Carlos. Motivado por um problema de saúde pessoal (hidrocefalia), ele trabalhou com seus alunos para desenvolver o primeiro aparelho no mundo capaz de medir a pressão intracraniana de forma não invasiva. Em vez de fazer um furo no crânio (como fizeram no dele, em 2006), a medição é feita externamente por um sensor preso a uma faixa em volta da cabeça, parecido com uma dessas cintas cardíacas usadas por corredores para monitorar o coração. A invenção deu origem à startup Braincare, responsável pelo desenvolvimento comercial da tecnologia, que foi lançada em 2018 e já está sendo usada em vários hospitais de referência no Brasil e no exterior.

"O conhecimento só tem valor se você consegue transformá-lo em algo útil para a sociedade", é o que costuma dizer o professor Mascarenhas, segundo o diretor de operações da Braincare, Arnaldo Betta, que falou em nome da empresa na SciBiz.

Mascarenhas não está sozinho. Segundo os dados mais recentes da Auspín, apresentados no evento, mais de mil empresas já foram criadas por alunos e

Continuação: Inovação: o ingrediente que desafia as universidades

ex-alunos da USP, incluindo quatro "unicórnios" - startups com valor de mercado superior a US\$ 1 bilhão: iFood, 99, Nubank e Gympass. Além disso, há um vasto portfólio de projetos de pesquisa e desenvolvimento realizados em parceria com empresas públicas e privadas. O RCGI é talvez o maior deles, com um orçamento de US\$ 50 milhões, dedicado a pesquisas sobre gás natural, biogás, hidrogênio e dióxido de carbono. Outros exemplos de grande porte são a parceria com a Biolab Sanus, na área de medicamentos, e com a Caixa Econômica Federal (#CAIXAlab), dedicada ao desenvolvimento de tecnologias de interesse social.

"Estamos vivendo um momento muito bom de inovação", diz o pesquisador Luiz Henrique Catalani, professor do Instituto de Química (IQ) e coordenador do Centro de Inovação da USP (InovaUSP), criado em 2017 justamente para arquitetar e apoiar projetos de inovação em grande escala na Universidade. Os números mostram que já há muita inovação sendo feita na USP, mas nem sempre com a eficiência e a organização necessárias para gerar resultados com o impacto desejado, observa Catalani. Segundo ele, é preciso investir em "propostas mais ousadas", capazes de gerar inovações disruptivas, e não apenas incrementais.

Essa é a missão do InovaUSP. "Queremos trabalhar com uma taxa de risco maior; com propostas verdadeiramente fora da caixa, que tenham caráter disruptivo, mas não sejam impossíveis de realizar", diz Catalani. "Se vai dar certo ou não, vai depender da nossa organização e da nossa criatividade."

O reconhecimento da promoção da inovação como responsabilidade do poder público é algo recente no Brasil, e que ainda precisa ser incorporado na prática pelas autoridades e instituições públicas de pesquisa. O termo só foi incorporado à Constituição Federal quatro anos atrás, por meio da Emenda Constitucional 85, de fevereiro de 2015, que inseriu a palavra "inovação" em vários dispositivos relacionados ao tratamento da ciência e tecnologia no

País. O Artigo 207, que trata da missão das universidades, porém, permaneceu inalterado.

Discutindo a relação

Um dos principais desafios apontados pelos participantes do evento - além dos tradicionais entraves burocráticos, legais e tarifários que estrangulam o empreendedorismo no Brasil - é a superação de alguns vícios e preconceitos da própria academia com relação ao setor privado.

"Ainda há muito preconceito na relação indústria-universidade", disse o diretor técnico e científico da Biolab Sanus Farmacêutica, Dante Alário Junior - egresso da USP. Segundo ele, é comum a visão de que a indústria interfere na autonomia universitária, e que pesquisadores que atuam em parceria com empresas são "mercenários" da academia em busca de dinheiro.

O biofísico Luis Carlos Ferreira sabe bem o que é isso. O Instituto de Ciências Biomédicas (ICB) da USP, que ele atualmente dirige, já deu origem a aproximadamente 20 empresas e trabalha em parceria próxima com outras 10, mas "a grande maioria dos docentes ainda olha com muita desconfiança para esse movimento", reconhece Ferreira. Duas dessas empresas, criadas nos últimos anos, estão desenvolvendo uma nova forma de imunoterapia contra o câncer e um teste de diagnóstico mais específico para o vírus zika, por exemplo.

"Ainda temos alguns bolsões de resistência, mas isso está mudando", disse a vice-coordenadora da Auspin e professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP) da USP, Geciane Porto, especialista em gestão da inovação e empreendedorismo.

Nesse contexto, segundo os pesquisadores, o fomento à inovação nas universidades passa necessariamente por uma mudança cultural, não só no sentido de derrubar preconceitos arraigados quanto

Continuação: Inovação: o ingrediente que desafia as universidades

de semear o interesse pelo empreendedorismo e criar um ambiente propício para que ele floresça dentro da academia.

O empreendedorismo é "um modelo mental que precisa ser fomentado", disse o gerente nacional de inovação da Caixa Econômica Federal, e também egresso da USP, Luis Felipe Bismarchi. Uma mentalidade que, segundo ele, está em falta tanto nas universidades quanto nas empresas.

"Os pesquisadores precisam pensar na inovação como um caminho natural possível da sua pesquisa, não como algo extraordinário ou que represente um desvio de função", diz o biólogo Carlos Hotta, professor do Departamento de Bioquímica do Instituto de Química da USP e membro do S2B (Centro de Biologia Sintética e Sistemas de Biomassa, em inglês), um dos projetos abrigados pelo InovaUSP, voltado para o uso biotecnológico de biomassa (matéria orgânica) como fonte de energia.

Além de fomentar culturalmente essa mentalidade, diz Hotta, é preciso capacitar os pesquisadores a trabalhar com inovação, para que saibam identificar oportunidades e o que fazer com elas, quando elas aparecerem. Por exemplo, como lidar com questões relacionadas à **propriedade intelectual** (patentes), relacionamento com empresas, desenvolvimento tecnológico, etc. - coisas que não fazem parte do portfólio tradicional de aptidões de um pesquisador acadêmico.

"A inovação é uma questão de oportunidade, sim, mas também de conhecimento e capacitação", destacou Ferreira, que é especialista no desenvolvimento de vacinas. Ele conta que começou sua carreira como um pesquisador acadêmico tradicional, "feliz em publicar seus papers", até que

resolveu se tornar um cientista empreendedor. "Foi um trajeto longo e doloroso de aprendizado", lembra.

Segundo dados da Auspin, a USP já tem mais de 170 disciplinas relacionadas a inovação e empreendedorismo; e a FEA está criando uma trilha específica para o tema, com metade das vagas abertas para alunos de outras unidades. "A ideia é inocular essa cultura nos alunos desde o início da carreira", disse o professor Moacir de Miranda Oliveira Junior, chefe do Departamento de Administração da FEA e coordenador geral da SciBiz 2019. Os "unicórnios", segundo ele, são apenas a "ponta do iceberg". "A universidade pode e deve ter esse papel de protagonismo no ambiente de empreendedorismo."

"É algo que está na agenda da Universidade e que a gente realmente quer", disse Marques, da Auspin. Segundo ele, a USP tem um portfólio de aproximadamente 1,2 mil patentes ativas, mas só 5% delas já foram licenciadas - ou seja, estão sendo usadas de fato no desenvolvimento ou comercialização de algum produto.

O caso mais conhecido - e de maior sucesso comercial - é o do Vonau Flash, medicamento para o controle de náuseas e vômitos desenvolvido pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF) da USP em parceria com a Biolab Sanus. A patente inicial da Universidade foi licenciada para a empresa em 2005 e hoje representa a maior fonte de royalties para a USP, oriunda da comercialização do produto.

O retorno financeiro é importante, mas "não é essa a questão principal", disse Marques. Mesmo nas universidades mais inovadoras do mundo, como nos institutos de tecnologia de Massachusetts (MIT) e da Califórnia (Caltech), os recursos de royalties são uma parte pequena do orçamento total das ins-

Continuação: Inovação: o ingrediente que desafia as universidades

tituições. O mais importante, segundo ele, é o "reconhecimento sobre a descoberta" e o retorno que a universidade dá para a sociedade ao transferir seu conhecimento para ela na forma de novas tecnologias. "As universidades, assim como as empresas, ainda estão aprendendo como fazer essa conexões", ava-

liou Marques.

Reportagem e texto: Herton Escobar

Índice remissivo de assuntos

Arbitragem e Mediação
3

Propriedade Intelectual
5, 7

Patentes
6

Inovação
7